

Contas públicas, um dos desafios do novo governo

NANCI SANTANA E
CRISTINA BORGES GUIMARÃES
SÃO PAULO

O próximo presidente já irá iniciar o mandato com um desafio fiscal, apesar das expectativas de encerrarmos o ano com superávit primário abaixo da meta. A opinião é do professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Rogério Mori, que defende um novo olhar sobre as contas públicas no próximo governo. “É preciso observar como o superávit primário é gerado. Mais importante que a meta é a redução das despesas e da carga tributária, mesmo que haja redução da arrecadação”, avalia o professor da FGV.

De acordo com ele, a sucessão de recordes de arrecadação associada a resultados primários mais magros é sintomática e, por isso, será necessário um ajuste de gastos no próximo governo. “Quase 40% do PIB são gastos de maneira ineficiente. É preciso priorizar os investimentos em infra-estrutura e serviços básicos como saúde e educação”, afirma.

“O grande desafio será definir como fazer e até ampliar o ajuste fiscal sem aumentar a carga tributária e com redução de despesas. Só depois disso poderemos discutir a reforma tributária”, afirma Mori acrescentando que o processo de construção do Orçamento da União precisa melhorar.

Mori afirma ainda que o desafio passa pela questão da taxa de juros, que atravessa um ciclo de reduções beneficiado pela inflação e com efeitos cambiais. “Em 2007 atingiremos o limite de baixa da Selic e o grande desafio será conse-

guir atingir uma taxa de juros real abaixo de 10%. Uma trajetória de queda da Selic pode representar um aperto monetário caso ele ocorra numa velocidade inferior à queda da inflação, e isso é o que vem ocorrendo”, explica.

A grande frustração tem sido o crescimento econômico, outro ponto prioritário para o próximo governo apontado por ele. “Será preciso fazer o PIB crescer a taxas mais significativas, mantendo a estabilidade

Recordes de arrecadação mais resultados primários magros são sintomáticos, por isso, um ajuste de gastos

da inflação e ampliando investimentos e empregos”, afirma. Mori considera a redução da TJLP positiva, mas natural uma vez que a meta de inflação e o risco-país estão em queda, e que ela pode ajudar a aumentar os investimentos. Para ele, no entanto, as sondagens da indústria mostram que juros é apenas um elemento para atração de investimentos. “É preciso olhar também as taxas de crescimento, a carga tributária e o comércio exterior”, diz.

Quanto à manutenção da meta inflacionária em 4,5% até 2008, Mori minimiza o resultado associando-o à valorização cambial que provocou queda nos preços de alimentos. Por isso o câmbio também é tratado por ele como prioridade para o próximo governo. “Não deve haver novos movimentos de apreciação do real, esgotando o efeito do câmbio sobre a infla-

ção e limitando a queda da Selic”, afirma.

Para o diretor-adjunto do departamento de economia do Centro das Indústrias de São Paulo (Ciesp), Antônio Carlos Corrêa de Lacerda, o próximo governante do País herdará o sucesso no ajustamento das contas e o controle da inflação, mas também o baixo ritmo de crescimento da economia. Segundo ele, no próximo ano, haverá uma maior pressão pela retomada de um crescimento econômico em bases mais elevadas e de forma sustentada. “Para atingir um crescimento maior, o próximo governo terá que fazer mudanças que destravem a economia, engessada por taxas de juros elevadas, alta carga tributária e câmbio valorizado, que está reduzindo as exportações”, afirma.

Ele ressalta ainda que apesar da queda da taxa de juros nominal, os juros reais continuam acima de 10%, desestimulando os investimentos da atividade produtiva do Brasil.

Segundo Lacerda, o Ciesp projeta um crescimento do PIB em torno de 4% ao ano para 2007 e 2008 para o País, que deverá ser acompanhado por inflação controlada, taxa de câmbio mais competitiva e juros menores.

O próximo governante terá a vantagem de iniciar o mandato em um conjuntura econômica saudável e previsível, diferentemente do que ocorreu nos anos de 2002 e 2003, quando as turbulências do período eleitoral contaminaram a economia, diz José Silvestre de Oliveira, do Departamento Intersindical de Desenvolvimento Econômico e Social (Dieese).

“A partir desse cenário, e

considerando-se que a economia internacional não tenha solavancos, se o governo fizer as reformas previstas na área fiscal, o PIB terá um crescimento médio de 4%, um pouco mais robusto do que nos últimos quatro anos, quando a média ficou abaixo dos 3%.”

Isso terá um rebatimento no mercado de trabalho, que deverá reagir de forma mais positiva à atividade econômica nos próximos anos, ele completa.

Segundo Oliveira, um dos maiores desafios econômicos para os próximos anos será a elevação da taxa de investimento na economia. “O investimento tem que ser superior à média que estamos observando. Há um maior grau de previsibilidade da economia, que

Em 2007 atingiremos o limite de baixa da Selic e o grande desafio será conseguir atingir uma taxa de juros real abaixo de 10%

facilita a decisão de investir dos empresários mas isso, por si só, não é suficiente”

“Aparentemente, os fundamentos macroeconômicos não devem sofrer grandes alterações, independentemente de quem vença as eleições”, conclui Oliveira.

Além disso, tudo indica que o governo não precisará aumentar os preços dos combustíveis após as eleições. Ao contrário do que se pensava meses atrás, poderá até rebaixar esses preços, em decorrência da queda da cotação do petróleo no mercado externo e do câmbio valorizado.